

ECONOMIA PLURAL EM ECOVILAS: PARA ALÉM DA MONOCULTURA DA MENTE¹

Guilherme Smaniotto Tres²

Washington José de Souza³

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.341.113426>

RESUMO

Este artigo objetiva sistematizar práticas de pluralidade econômica tomando como base empírica propósitos de autossuficiência em ecovilas e, como referência teórica, elementos de economia solidária, plural em Polanyi e da dádiva em Mauss. Assumimos a premissa que a economia de mercado domina a sociabilização humana reduzindo a racionalidade humana ao cálculo utilitário, estabelecendo, assim, uma monocultura que se espalhou da mente à agricultura. Pontuamos práticas econômicas cujos propósitos e esquemas de trabalho, gestão e economia se orientam pela preservação e regeneração de ecossistemas que reconectam o ser humano a ele próprio e à natureza. Após 49 dias de imersão em quatro ecovilas, e posterior acompanhamento remoto de suas atividades, foram qualificadas práticas diversificadas de agricultura, centradas em ideais de autossuficiência, tempos e processos naturais e em singularidades de vida social, revelando pluralidade econômica em termos de domesticidade, reciprocidade, redistribuição, dádiva e solidariedade. Restritas relações com o mercado orientam dinâmicas de vida econômica e sustentam ideais de enfrentamento da crise social e ambiental.

Palavras-chave: Comunidades intencionais. Ecovilas. Economia plural. Agroecologia.

PLURAL ECONOMY IN ECOVILLAGES: BEYOND THE MONOCULTURE OF THE MIND

This article aims to systematize practices of economic plurality based on empirical self-sufficiency purposes in ecovillages and, as a theoretical reference, elements of solidary economy, plural in Polanyi and Gift in Mauss. We assume the premise that the market economy

¹ Recebido em 27/4/2021, aceito em 11/2/2022.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Departamento de Administração Pública e Gestão Social; Natal – RN (Brasil); <https://orcid.org/0000-0001-9765-7524>; guis3@hotmail.com.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Departamento de Administração Pública e Gestão Social; Natal – RN (Brasil); <https://orcid.org/0000-0001-6295-2806>; wsouza@ufrnet.br.

dominates human socialization, reducing human rationality to utilitarian calculation, thus establishing a monoculture that spreads from the mind to agriculture. We point out economic practices whose purposes and work, management and economy schemes are guided by the preservation and regeneration of ecosystems that reconnect human beings to themselves and to nature. After 49 days of immersion in four ecovillages, and subsequent remote monitoring of their activities, diversified agricultural practices were qualified, centered on ideals of self-sufficiency, natural times and processes and singularities of social life revealing economic plurality in terms of domesticity, reciprocity, redistribution, giving and solidarity. Restricted relations with the market guide economic life dynamics and support ideals for facing the social and environmental crisis.

Key words: Intentional communities. Ecovillages. Plural economy. Agroecology.

ECONOMÍA PLURAL EN ECOALDEAS: MÁS ALLÁ DE LA MONOCULTURA DE LA MENTE

Este artículo tiene como objetivo sistematizar prácticas de pluralidad económica basadas en propósitos empíricos de autosuficiencia en ecoaldeas y, como referencia teórica, elementos de economía solidaria, plural en Polanyi y don en Mauss. Asumimos la premisa de que la economía de mercado domina la socialización humana, reduciendo la racionalidad humana al cálculo utilitario, estableciendo así una monocultura que se extiende desde la mente a la agricultura. Señalamos prácticas económicas cuyos propósitos y esquemas de trabajo, gestión y economía están guiados por la preservación y regeneración de ecosistemas que reconectan al ser humano consigo mismo y con la naturaleza. Después de 49 días de inmersión en cuatro ecoaldeas, y posterior seguimiento remoto de sus actividades, se calificaron prácticas agrícolas diversificadas, centradas en ideales de autosuficiencia, tiempos y procesos naturales y singularidades de la vida social que revelan la pluralidad económica en términos de domesticidad, reciprocidad, redistribución, donación y solidaridad. Las relaciones restringidas con el mercado orientan la dinámica de la vida económica y apoyan los ideales para enfrentar la crisis social y ambiental.

Palabras-clave: Comunidades intencionales. Ecoaldeas. Economía plural. Agroecología.

INTRODUÇÃO

Assumimos a premissa que o avanço das relações capitalistas tornou o mercado o centro da sociabilidade humana (POLANYI, 2013) provocando crises socioambientais estruturais que se originam em fluxos intensivos de produção e consumo de mercadorias. À medida que a sociedade mercadocêntrica (RAMOS, 1981) se consolida, a competição torna-se prática comum e a pluralidade das relações econômicas tende a ficar relegada a pequenos grupos ao tempo que a racionalidade humana se deprecia estreita-se e se reduz ao a cálculo utilitário. O desdobramento objetivo desse cenário é a degradação tanto do trabalho, da vida humana quanto dos ecossistemas. A agricultura e toda a relação com a terra seguem o mesmo caminho (SHIVA, 2003).

O saber científico para a produção de mercadorias agrícolas substitui técnicas de cultivo milenares e é tomado, como argumenta Altieri (1998), como novo paradigma de desenvolvimento. As alternativas locais, o saber tradicional e as complexas dinâmicas e tempos da natureza são relegados a *status* de não saber. Esse sistema impõe dependência do mercado às práticas agrícolas e transforma o agricultor em monocultor agrícola. Estabelece-se uma monocultura da mente (SHIVA, 2003). Essa conjuntura toma aspectos cada vez mais dramáticos e a monocultura se espalha para além da extinção de espécies, pela acidificação dos oceanos, por migrações em massa devido a mudanças climáticas, pela perda de segurança e soberania alimentar das populações, e, por relações humanas mercadocêntricas caracterizadoras de uma ‘síndrome comportamentalista’ que modela a ordem social de acordo com critérios de economicidade (RAMOS, 1981).

As crises social e ambiental, que entendemos como indissociáveis, motivam grupos de pessoas a organizarem-se em torno de alternativas de vida e de trabalho sob bases ecológicas. Originárias de movimentos contestatórios dos anos 1960, as comunidades intencionais de motivação ecológica, as ecovilas (CUNHA, 2010), propõem pautas e atuam, à sua maneira e escala, como contrapontos a tais crises a partir de uma visão de interconexão entre seres humanos e desses com o meio ambiente natural. Podem ser reconhecidas como *locus* de experimentação, contudo não livres de contradições, impasses e tensões; configurando, assim, uma heterotopia nos termos de Foucault (2001, p. 3), ou seja, “contra-locais, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros lugares reais de uma dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos.”

O respeito à natureza e à vida orientada ao bem comum e à reprodução social são pilares no ideário das ecovilas (TRES, 2021; TRES; SOUZA, 2019). Desse modo, a lógica de mercado, que suprime outras possibilidades de relacionamento econômico, pode ser absorvida por uma pluralidade econômica, assim como, a lógica da monocultura agrícola por uma visão ampla e sistêmica da relação ser humano/natureza, favorecendo uma agricultura natural e regenerativa dos ecossistemas. Nesse sentido, nos guiamos pela seguinte questão: como experiências econômicas e dinâmicas de vida em ecovilas, orientadas para autossuficiência, reprodução social da vida e preservação e regeneração dos ecossistemas, revelam práticas de economia plural? Para responder à questão formulada, articulamos concepções de reciprocidade, redistribuição e domesticidade de Polanyi (2013) e da dádiva de Mauss (2008) a relações econômicas solidárias. De inspiração etnográfica, a sistematização e análise dos dados coletados em quatro ecovilas revelam dinâmica de vida comunal solidária e práticas plurais de

economia motivadas por propósitos ambientalistas, de resiliência e negação a ritos da sociedade hegemônica mercadocêntrica – ainda que com ela realizando intercâmbios.

1 DA MONOCULTURA DO MERCADO À PLURALIDADE ECONÔMICA

A economia de mercado provocou profundas mudanças na relação ser humano/meio ambiente natural que se refletem no modo como organizamos nossa vida diária. As práticas agrícolas não escapam a esse processo. Interesses humanos com base na economicidade, no individualismo, na competição e na concorrência passaram a predominar configurando a já referida síndrome comportamentalista de Ramos (1981). Afinal, o ser humano precisa ir ao mercado para participar da economia capitalista de modo que possa vender a única mercadoria que detêm, sua força de trabalho (MARX, 1996), em comportamento ditado por imperativos exteriores e, portanto, desprovido de conteúdo ético de validade geral (RAMOS, 1981). A premissa básica do capitalismo, segundo Marx (1996), é que o capital não pode interromper sua acumulação. Dessa forma, para se realizar, o capital transforma tudo em mercadoria, inclusive a natureza, e nenhum argumento razoável consegue impor o entendimento de que seus recursos são infinitos, mesmo que o discurso hegemônico insista no oposto: que tudo pode se resolver com decisões individuais como, por exemplo, cada casa gerando sua própria energia com placas solares. Ainda que placas solares possam ser úteis, é o modo de reprodução da vida que está em debate, o que requer rigor no entendimento.

Todas as esferas da vida cotidiana foram subjugadas à lógica do mercado (POLANYI, 2013), a um modelo de sociedade que não tem na reprodução social da vida sua orientação, mas, sim, na reprodução do capital (ANTUNES, 2018). Quando tomada como mero instrumento para a reprodução do capital, os recursos disponíveis na natureza são explorados até seu limite, resultando em crises ecológicas cada vez mais dramáticas. Sob a perspectiva de Marx, a partir da separação entre propriedade e trabalho, ou seja, quando se estabelece a contradição capital/trabalho no capitalismo, o ser humano é alienado da sua própria natureza (humana), do objeto do seu trabalho, durante o processo produtivo, e, do meio ambiente natural (MÉSZÁROS, 2016). Para Foster (2012), ocorre, então, uma ruptura ou falha sociometabólica entre ser humano/meio ambiente natural. Suas consequências podem ser observadas nas mudanças climáticas e na perda da biodiversidade entre tantos outros aspectos da complexa teia de relações que sustenta a vida em todo o planeta. Seria uma nova época, o Antropoceno. Esse estado de crise acarreta aumento dos preços dos alimentos, migrações em massa ou refugiados climáticos, assim como, dos gastos governamentais e da população com medidas paliativas.

O avanço do capitalismo e sua força globalizante atinge a todos e a crise socioambiental contemporânea é experimentada como crise global. O uso da terra, seja no campo ou na cidade, regido pela especulação imobiliária coloca populações inteiras sob condições de vida precária, sem acesso a água potável e a alimentos saudáveis, criando condições para crises de saúde pública perenes. A crise sanitária ocasionada pela Covid-19 tem conteúdo ecológico (TRES; SOUZA, 2021) explicada pela expansão urbana, que reflete contradições capitalistas para fins de acumulação do capital (HARVEY, 2020), enquanto o campo se torna grande indústria que oferece mercadorias ricas em agroquímicos e pobres em nutrientes. Desse modo, a interação ser humano/meio ambiente natural torna-se cada vez mais estranhada e degradada.

Modernização da agricultura é expressão utilizada para designar transformações na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra e nas relações capital-trabalho (SILVA, 1981). Tal transformação acentuou a condição de agricultor como mero produtor de mercadorias agrícolas, que já não come o que cultiva, mas, sim, cultiva para comercializar. A relação do agricultor com a terra tornou-se exclusivamente financeira (SHIVA, 2003), orientada por práticas de monocultura que excluem múltiplas possibilidades do fazer agrícola.

Reflexo da monocultura estão presentes nas mais diversas áreas das relações humanas e nos aspectos práticos da vida diária. A monocultura agrícola, denunciaram Primavesi e Primavesi (1964), tornou-se responsável tanto pela decadência dos solos e diminuição das colheitas quanto pela elevada incidência de pragas e moléstias. Tal denúncia, de 1964, ocorreu em período em que áreas cultivadas de monocultura eram sensivelmente menores quando comparadas às atuais. Todavia, em sistemas mais complexos de plantio, chamados genericamente de policultivos, cada espécie assume papel particular na plantação, incluindo trocas de nutrientes com o solo e entre plantas. Assim, a saúde do solo e de todo o agrossistema progride enquanto o aumento da biodiversidade e a retenção de água proporcionam equilíbrio dinâmico ao agroecossistema. Tal ideia de complementariedade e interdependência perde-se com a monocultura agrícola, orientada ao cultivo de espécies particulares com valor comercial. É necessário admitir, portanto, que a crise agrícola-ecológica tem relação com o fracasso do paradigma científico dominante de desenvolvimento (ALTIERI, 1998).

O paradigma de produção agrícola hegemônico se estabelece nas mesmas bases que qualquer mercadoria na sociedade capitalista – quais sejam, por meio de propriedade privada, mecanização e trabalho assalariado. A chamada Revolução Verde (RV), ideário produtivo que se consolidou após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), inseriu e consolidou transições no campo que estimularam a monocultura e transformaram o agricultor em monocultor, um apêndice do processo produtivo. A RV assenta-se em: 1) uso intensivo de

insumos químicos, 2) variedades geneticamente modificadas de alto rendimento, 3) irrigação; 4) mecanização (ALTIERI, 1998). A produção de sementes e a fertilidade do solo agora vêm de fora da fazenda. Aceitam-se as técnicas e desprezam-se experiências passadas da agricultura tradicional (SHIVA, 2003). A agricultura natural, de racionalidade substantiva, de herança comunitária e aprendizagens locais, evapora-se e dá lugar a monoculturas baseadas em insumos originários do mercado.

A RV disseminou a ideia de que a fertilidade do solo é produzida em fábricas de substâncias químicas (ALTIERI, 1998). Máquinas, herbicidas químicos, sementes modificadas e financiamento submeteram a produção agrícola ao mercado de tal modo que a identidade e a simbologia do que é ser agricultor foram suprimidas e o monocultor se tornou empreendedor que nem mesmo escolhe o que planta. É a taxa de retorno do setor que comanda o sistema produtivo e, mesmo pequenas plantações para consumo familiar, são contagiadas e deterioram a segurança e soberania alimentar e nutricional.

As Variedades de Alto Rendimento (VAR) têm papel decisivo na submissão do agricultor ao mercado. Ao contrário do que o termo sugere, não se pode aferir maior produtividade dessas variedades. Esse argumento não é observacionalmente neutro. Tem, ao contrário, cunho ideológico, pois, “seu significado e sua mensuração são determinados pela teoria e pelo paradigma da RV” (SHIVA, 2003 p.56). O fato é que, a partir do momento que o agricultor compra, perde sua autonomia e, em termos contábeis/financeiros, seu principal ativo - a semente. Agora, a semente estará no mercado e lá deverá ser adquirida. Juntamente com as VAR, a mecanização e sistemas de irrigação retiram expressivos volumes de água de lençóis freáticos enquanto rios também viabilizam cultivos extensivos.

Não existe monocultura na natureza. Porém, somente em monoculturas de soja e milho há 51 dos 61 milhões de hectares plantados em 2018 no Brasil, 83% da área cultivada (MAPA, 2019). Áreas de pastagem para criação de bovinos são outro fator de pressão ambiental. Para esta, o Brasil destina outros 158,6 milhões de hectares (MAPA, 2019). A monocultura agrícola é a objetivação da monocultura mental realizada no mercado. Somente as culturas de milho, soja e pasto somam, no Brasil, 210 milhões de hectares em estágio similar a desertos. Do deserto à monocultura agrícola a diferença é somente uma espécie, uma vez que esta é orientada pela supressão de todas por uma – enquanto o policultivo se orienta para a inserção de todas ao agroecossistema (SHIVA, 2003).

A agricultura familiar e as práticas de policultivo caminham em direção oposta no que se refere à área cultivada e ao volume de alimentos produzido. O Censo Agro 2017 aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país integra esse segmento. Apesar de ocupar 23% da

área total dos estabelecimentos rurais brasileiros em culturas permanentes, a agricultura familiar é responsável por 48% da produção de café e banana, 80% de mandioca, 69% de abacaxi (IBGE, 2017). O Censo Agro 2017 aponta, ainda, que os empreendimentos da agricultura familiar são responsáveis por 23% do valor da produção dos estabelecimentos agropecuários ocupando mais de 10 milhões de pessoas, 67% da mão-de-obra ocupada no campo. Em que pese a participação restrita em termos de área total entre os empreendimentos agrícolas, a agricultura familiar tem elevado percentual de mão-de-obra além de contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional. O volume de mão-de-obra é representativo quando comparado ao número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, o que, segundo o IBGE (2020), se encontrava em torno de 34 milhões no início do segundo semestre de 2020. Com o avanço da monocultura, todavia, a agricultura familiar não está livre dos mesmos processos de artificialização da agricultura originária da RV e da perda de seus símbolos e ritos particulares.

Debates e ações contra a crise social e ambiental precisam incorporar o desequilíbrio acima pontuado a exemplo do que ocorre em comunidades intencionais de base ecológica, as ecovilas, instaladas sob orientações de cooperação, solidariedade e cuidado com a diversidade pela via da relação ser humano/meio ambiente natural. Aproximam-se da economia solidária, no objetivo de defender e fomentar interesses coletivos, inclusive para gerar benefícios econômicos aos associados (SINGER, 2001). Entende Silva (2017), que a economia solidária é presa por práticas econômicas não exclusivamente monetárias, mas, também, por aquelas que se integram a projeto de desenvolvimento comunitário, tais como clubes de troca e grupos de consumo coletivo.

No caso específico de ecovilas os retornos econômicos vão além dos monetários. A autossuficiência alimentar e movimentos "de volta para a terra", de coabitação, ambientais, pacifistas, feministas e de educação alternativa são catalizadores para a formação de ecovilas (DAWSON, 2004) e estruturam organizações privadas em bases político-ideológicas particulares. Trata-se de um tipo de assentamento funcionalmente completo em que as atividades humanas estão integradas à natureza (GILMAN, 1991). No Brasil, tais organizações efetivam-se a partir dos anos 1990 (CUNHA, 2010).

As ecovilas articulam diversas experiências de enfrentamento da crise ambiental e social a exemplo da aplicação de princípios de agroecologia e permacultura, de produção orgânica de alimentos, do uso de energia limpa e de reaproveitamento, reutilização e reciclagem de resíduos (COMUNELLO, 2016). Altieri e Nicholls (2021) destacam que a agroecologia promove ecossistemas saudáveis e resilientes integrados à produção animal, à restauração da matriz

ecológica, a agrossistemas diversificados rurais e urbanos e ao manejo ecológico de pragas e doenças. Iniciativas de educação ambiental também compõem e orientam pautas para fora das comunidades (TRES; SOUZA, 2021) contribuindo para fortalecer movimentos e interesses da sociedade civil por temas ecológicos.

Ao encadear livre associação, trabalho cooperado, intercâmbios de conhecimentos e produtos e autogestão (TRES, 2021) as ecovilas expressam formas plurais de economia sob um tipo particular de organização privada no qual se comunga, não apenas atividades produtivas coletivas, mas, também, estilo de vida. Diversas práticas econômicas já foram abordadas em ecovilas por Cunha (2012) a respeito da tendência de redução da vida e da economia única e exclusivamente à lógica de mercado. As ecovilas, todavia, encontram-se inseridas no modo de produção capitalista e é por ele permanentemente tensionadas.

O capitalismo é o primeiro modo de produção a criar uma lógica que não leva em conta necessidades sociais (ANTUNES, 2018) fixando-se na acumulação do capital. Mauss (2008), porém, entende que a constituição da vida social se estabelece pela obrigatoriedade de um constante dar, receber e retribuir em obrigações que criam laços espirituais, vínculos de almas entre atores da dádiva (SABOURIN, 2008). A essa força, Mauss (2008) chama de *mana*. Além de reciprocidade direta (entre pares), há reciprocidade indireta, à medida que bens simbólicos são recebidos e não necessariamente devolvidos a quem os deu, mas, também, a outros grupos – que, por sua vez, terão que fazer o mesmo. Para Mauss (2008) essa moral é a matriz da humanidade que reproduz o sentimento e o valor ético de responsabilidade entre gerações – equivalente a um crescimento da consciência do ser (MAUSS, 2008). Mauss (2008) atribui o *mana* ao doador, como propriedade espiritual que cria dependência para com o outro. A dádiva enfatiza a preocupação com o outro para que se estabeleça o *mana*, produzindo valores afetivos e éticos como paz, confiança e compreensão mútua. Por essa via, a troca inverte o movimento da reciprocidade, pois, esta realça a satisfação do interesse individual em doar.

As práticas econômicas de redistribuição, reciprocidade e domesticidade de Polanyi (2013) harmonizam-se à dádiva. A redistribuição diz respeito à centralização da produção de dado grupo em uma autoridade. Trata-se de troca de natureza política, involuntária, e a autoridade central define as prioridades a serem seguidas pelo grupo (POLANYI, 2013). A estocagem e posterior redistribuição (entre membros mais próximos da comunidade, ou entre comunidades mais distantes) têm como motivação o bem público e o senso de justiça (POLANYI, 2013). Em organizações autogeridas e não hierárquicas, a autoridade é diluída, e, assim, a redistribuição pode ganhar aspectos singulares, meramente formais e organizativos.

Reciprocidade está pautada em trocas de natureza social, voluntária e não comercial. Aderente à dádiva de Mauss, o conceito de reciprocidade ocorre a partir de trocas firmadas em termos não especificados, de forma subjetiva e não necessariamente em virtude de benefício equivalente ou material (POLANYI, 2013). Para Sabourin (2011), a reciprocidade constitui não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas, também, um princípio econômico oposto, baseado na simetria. A relação de confiança contida na reciprocidade é ponto fundamental.

A domesticidade conecta-se ao princípio da reciprocidade especialmente por tratar de pequenos grupos. Para Polanyi (2013), consiste na produção para próprio uso e/ou uso de um núcleo familiar, grupo social. Tal motivação nada tem em comum com o ganho, nem com instituições de mercado. O ato de produzir e armazenar, aqui, é para satisfação das necessidades de famílias e grupos sociais locais (POLANYI, 2013).

Os três princípios destacados por Polanyi (2013) são maneiras de organização econômica que predominaram até o fim do feudalismo na Europa Ocidental. Em certa medida, as sociedades foram pautadas em tais princípios, ou, em uma combinação deles (POLANYI, 2013). Nessas interações o trabalho não se prestava exclusivamente a produzir mercadorias. Somente com a consolidação da economia de mercado, especialmente a partir da ascensão do *moinho satânico* – conforme Polanyi (2013) se refere à Revolução Industrial – as trocas passaram a acontecer em termos específicos e objetivos, não mais subjetivos. Agora, a economia não mais está encravada (*embedded*) nas relações sociais; são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (POLANYI, 2013).

A síntese aqui procedida denota uma multiplicidade de relações econômicas possíveis que foi reduzida à lógica de mercado dentro do modo de produção capitalista. A monocultura de mercado desordenou, além de outras formas de sociabilidade humana, *habitats* e a biodiversidade, pela ênfase na acumulação do capital. As ecovilas, nesse quesito, representam resiliência e contestação a tal estilo de vida hegemônico a partir do propósito do (con)viver em comunidade. Enquanto o indivíduo é o centro da vida de mercado, adaptado à cognição da monocultura (SHIVA, 2003) e do cálculo utilitário (RAMOS, 1981) e da atomização em que se autoexplora (HAN, 2017), nas ecovilas a motivação é a partilha orientada para a autossuficiência, conjugando bem-estar humano e dos ecossistemas em práticas econômicas multifacetadas.

Com base nas proposições gerais acima sintetizadas, o Quadro 1 resume categorias de pluralidade econômica e atributos úteis à análise de contexto de vida comunal em ecovilas. Tais atributos, em meio a tensões, impasses e contradições nas dinâmicas comunitárias, expressam

vivências de economia plural e, por essa razão, são tomados como referência para o exercício adiante efetuado a partir de pesquisa empírica em quatro ecovilas.

Quadro 1 - Atributos analíticos de economia plural na vida comunal em ecovilas

Categoria	Atributos na vida comunal
Mercado	Pontual, meio e não fim
Reciprocidade	Trocas sociais
Redistribuição	Centralização comunal autogerida
Domesticidade	Autossuficiência
Solidariedade	Redes de apoios mútuos
Dádiva	Regeneração do ambiente natural

2 O PERCURSO DE INSPIRAÇÃO ETNOGRAFICA

A etnografia emergiu como caminho viável para atingir os propósitos da presente investigação e foi tomada como inspiração notadamente pela flexibilidade que concede à coleta de dados por imersão social. Inicialmente utilizada em estudos de antropologia, o método etnográfico passou a ser aplicado por pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Na Medicina, por exemplo, Menezes (2001) revelou que a construção de identidade profissional médica, no estágio em Centro de Terapia Intensiva, compreende a aquisição de novas formas de ver e decodificar o corpo humano à luz de múltiplos saberes, modos de comunicação e gestão das emoções construídas pela equipe. Na Ciência da Computação, Alves *et al.* (2017) abordam o papel de engenheiro utilizando o método etnográfico (observação, entrevista e consulta a documentação) para elucidar requisitos de um sistema na área de biofábrica.

No Brasil, Magalhães e Santos (2016) apontam que a aproximação da Ciência Administrativa com a Antropologia teve início nos anos 1980 com Neusa Rolita Cavedon. Magalhães e Santos (2016, p. 150) destacam que “Neusa Rolita Cavedon, em sua dissertação de mestrado, traz à tona o olhar antropológico para os estudos administrativos. Mas é na década de 1990 que, além de Cavedon,, outros autores buscam discutir a aproximação das duas áreas de saberes”. Recentemente, Franco, Albuquerque e Saltorato, (2018) estudaram uma cooperativa de reciclagem pautando práticas de autogestão, politecnia e organização do trabalho. No caso específico da pesquisa científica em ecovilas no Brasil, a etnografia é

empregada com regularidade (TRES; SOUZA, 2019) – ilustrada por Sinisterra (2013), Borelli (2014), Comunello (2016), Souza (2016), Siqueira (2017).

A partir de postura teórica voltada à descrição de realidades sociais e de sua produção (FLICK, 2008), a etnografia permite que o pesquisador acesse o mundo natural, participe da vida cotidiana do grupo estudado e seja reconhecido pelo grupo como um comum (MARIAMPOLSKI, 1999). Essa proximidade permite aos estudos etnográficos compreender o que e como as pessoas fazem e não o que pensam ou dizem. Ou seja, permite uma compreensão de processos sociais de produção dos eventos de interesse (FLICK, 2008). A estreita interação com as pessoas na vida cotidiana desenvolve entendimentos das formas, muitas vezes tácitas, por meio das quais o grupo dá sentido e significado às suas vidas (MOISANDER; VALTONEN, 2006).

De inspiração etnográfica, o relato aqui pautado tem base em coleta de campo realizada entre julho e setembro de 2019. Um dos autores deste artigo participou, na condição de voluntário, experimentando e participando do cotidiano de quatro comunidades, exercendo atividades rotineiras e programadas pelas respectivas comunidades. O tempo de imersão, todavia, não se restringiu a horários de trabalho e atividades programadas. Na condição de voluntário, o contato com membros das comunidades deu-se inclusive em situações de lazer e estudo, com vizinhos, com outros voluntários e visitantes e mesmo com pessoas de cidades próximas em dias de feira de alimentos produzidos nas comunidades. No total, a coleta de dados estendeu-se por 49 dias. Alertamos, contudo, para o fato de que períodos de imersão no campo em estudos etnográficos podem durar de meses a anos. Por essa razão assumimos, nos termos de Pinheiro (2019), uma abordagem de inspiração etnográfica.

Após a imersão nas comunidades, procedemos acompanhamento remoto por outros 22 meses, tentando identificar mudanças significativas eventuais. Neste período procuramos revisar especificamente as informações coletadas, sob a forma de arbitragem, por um ponto focal de cada comunidade, o qual nos atualizou quanto a possíveis mudanças na dinâmica social. Durante esse período abateu-se no mundo a crise sanitária provocada pelo Coronavírus, o que alterou sistematicamente internas de trabalho e convívio nas quatro unidades.

Os critérios definidos para a escolha das comunidades têm como base ideais propagados pelo movimento de ecovilas apontados por Dawson (2004), Gilman (1991) e, especificamente no contexto brasileiro, por Cunha (2010) e Tres e Souza (2019). Dessa forma, os critérios foram: 1 - autorreconhecimento como comunidade ou “ecovila”; 2 - pelo menos cinco anos de formação; 3 - pelo menos cinco membros/unidades familiares ou associados; 4 - algum grau de

compartilhamento da propriedade e dos meios de produção; 5 - praticar algum tipo de agricultura natural.

O critério 1 incidiu no processo de escolha pelo fato de que o termo ecovila é relativamente novo e de amplas concepções conceituais, o que exigiu a autoidentificação do coletivo também como comunidade – diferentemente de noções de condomínios sustentáveis ou rurais que se aproveitam do termo para autopromoção, conforme alerta Siqueira (2012). Os critérios 2 e 3 tiveram por objetivo delimitar comunidades com trajetória já consolidadas em termos de infraestrutura básica para a autossuficiência. O critério 4 foi definido pelo entendimento que a vida comunal, se não exige, pelo menos estimula o compartilhamento dos meios de produção e propriedade no intento de tornar igualitárias as relações entre moradores. Há, portanto, maior complexidade em torno de decisões coletivas, processos de gestão, organização da força de trabalho e compartilhamento de resultados. O critério 5 conecta-se tanto a práticas comunitárias de preservação e recuperação do meio ambiente natural quanto ao caráter do trabalho na produção de bens úteis destinados à autossuficiência. O Quadro 2 informa a quantidade de dias de coleta de dados e características gerais das comunidades pesquisadas.

Quadro 2 - Dias de campo e características gerais das comunidades visitadas

Item	Campina	Ecovila Tibá	Floresta de Iroko	Source Temple
Dias de campo	11	12	15	11
Intenção	Ecológica	Ecológica	Ecológica	Religiosa
Cidade/UF	Palmares/BA	São Carlos/SP	Itacaré/BA	Cunha/SP
Ano fundação	1991	2006	2013	2010
Moradores	19	30	6	40
Casas	11	9	3	29
Área (hectare)	188	25	35,8	23,5
Propriedade	Coletiva	Coletiva	Coletiva	Coletiva

Três sessões de entrevista semiestruturada foram realizadas mediante gravação em aparelho telefônico celular, igualmente utilizado para coletar registros fotográficos (para posterior discussão entre os autores quanto à organização espacial das ecovilas, sistemas de plantio, arquitetura e áreas de convivência). Os respondentes foram: um morador da Comunidade Campina (duração de 20 minutos), um da Ecovila Tibá (duração de 1 hora e 4 minutos) e um da Source Temple (duração de 43 minutos). Cada entrevistado recebeu e assinou

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As sessões de entrevista tiveram o propósito de verificar coerência e eventuais inconsistências entre discurso e prática, além de favorecer o registro da história das comunidades e valores do interlocutor em particular. Serviram, também, como fonte secundária para triangulação dos dados colhidos conforme sugere Yin (2015). Na ecovila Floresta do Iroko a entrevista foi descartada por solicitação do interlocutor, que preferiu diálogos informais durante o período de permanência do pesquisador na comunidade.

Impressões, relatos de vida, história de cada região, motivações e ações, interações entre moradores e vizinhos, processos de educação, aprendizagens e bioconstrução foram temas pautados e registrados em diário de campo. Outras informações coletadas foram: espaço geográfico, infraestrutura, formas de aquisição e posse e uso da propriedade, dinâmicas econômicas, práticas de agricultura e relações com o meio ambiente natural. Os registros em diário de campo ocorreram em momento imediatamente subsequente aos diálogos, evitando, assim, interrupções na interação do pesquisador com os interlocutores. A narrativa adiante é fruto, tanto dessas notas e da transcrição das sessões de entrevista, quanto de acompanhamentos remotos.

A critério de cada comunidade foram cedidos documentos que contribuiriam para elucidar contextos jurídico, associativo e de convivência. Tais documentos não representam, todavia, análise documental, pois, o volume de dados não é expressivo para tal. Tibá forneceu o estatuto da associação e indicou o website www.ecovilatiba.org.br; Floresta de Iroko forneceu estatuto e o documento “Coordenação geral” cujo propósito é “coordenar as atividades de manutenção e investimento em infraestrutura comunitária”; *Source Temple* recomendou acesso ao *website* www.sourcetemple.one para a complementação de informações; Campina indicou o *website* www.comunidadecampina.org. Nestas duas últimas comunidades, contrato verbal prevalece no que diz respeito às normas de convívio.

Todos os moradores foram devidamente comunicados a respeito da pesquisa. Para resguardar a identidade individual, nenhum deles é identificado por nome. Para referenciar os interlocutores optamos por apresentar os comentários, ideias e ações com nomes genéricos para cada comunidade – *pessoa campineira*, *pessoa templária*, *pessoa tibaense* e *pessoa floresteira*.

O último procedimento metodológico foi a revisão das informações sistematizadas por parte de cada comunidade, o que ocorreu durante o referido período de acompanhamento – pelo envio das sínteses procedidas, para cada ponto focal, com liberdade para críticas, sugestões e eventuais correções. Durante essa fase, em maio de 2020, o Brasil e o mundo enfrentavam a pandemia Covid-19. Esse fato foi suficiente para os pontos focais de cada comunidade

registrassem, espontaneamente, mudanças sensíveis nas dinâmicas comunitárias. Correspondências foram mantidas até a data final da elaboração deste artigo em maio de 2021.

A mais antiga das comunidades visitadas é a Campina, que se formou a partir de reflexões de um grupo de amigos sobre ecologia e espiritualidade. Uma campineira comprou o terreno, em suas palavras, “Na época muito barato, degradado, a terra era só pasto e olha lá. Nesse momento, estávamos em 12 pessoas para começar a comunidade.” A propriedade permanece em nome da campineira que adquiriu o terreno, todavia, somente em virtude de pendências burocráticas para que possa ser transferida para uma associação. Esse fato parece não ser empecilho às relações já estabelecidas na comunidade. O senso de pertencimento ao local e à vida comunal ali praticada superam a necessidade de posse formal da propriedade.

A Floresta de Iroko e a Ecovila Tibá nasceram de forma semelhante. Nos dois casos, grupos de pessoas procuravam alternativas para vida comunal e adquiriram propriedade conjuntamente. A ocupação foi idealizada para que cada família tivesse título de posse individual de um lote, mas que assumisse responsabilidades sobre o todo. A organização e o delineamento prévios dessas duas comunidades caracterizam caráter organizativo formal, ainda que somente a Tibá seja associação formalmente constituída. Floresta de Iroko passava, no primeiro semestre de 2019, por processo de delimitação dos lotes individuais e, ao fim das correspondências dos pesquisadores com a comunidade, já estavam definidos e em vias de ocupação.

A Source Temple teve início na Espanha, em uma casa em área urbana antes de 2010, quando uma templária sugeriu que o grupo se mudasse para o Brasil onde já possuía uma propriedade rural. Após a doação da área de 23 hectares ao grupo, sob forma jurídica de igreja, a comunidade começou a se estabelecer. No início de 2019 outros 5000m² em Paraty/RJ – cidade fronteira a Cunha/SP onde está sediada a Source Temple – foram doados por um amigo da comunidade. Os moradores entendem que a propriedade é coletiva e todos são bem-vindos para compartilhar o modo de vida que adotam. A intenção da comunidade é de ordem espiritual e a vida comunal, em meio ao ambiente natural, é vista como estímulo para tal.

3 VIDA COMUNAL E A PLURALIDADE ECONÔMICA

Os resultados a seguir qualificam práticas e relações econômicas variadas e distintas daquelas restritas ao mercado. Em todas as comunidades visitadas, em maior ou menor medida, estão presentes elementos que corroboram a ideia de pluralidade econômica. Na exposição dos resultados, quando necessário, pontuamos diferenças, ausências e similaridades de processos

entre as comunidades. O Quadro 1 elenca as categorias econômicas analisadas esquematizando atributos que, na prática, são indissociáveis e formam uma totalidade, inclusive em termos de conflitos e tensões com a economia de mercado. Nas discussões a seguir, todavia, tais categorias são individualizadas, associadas a peculiaridades e especificidades do movimento de ecovilas com base em intenções ecológicas – expressas em atributos da vida comunal, preservação e regeneração dos ecossistemas e autossuficiência. Da mesma forma, pautas contestatórias expressam-se no fortalecimento de redes de apoio, de organizações autogeridas que buscam alternativas à sociedade mercadocêntrica.

As práticas sintetizadas devem ser tomadas como rupturas, acomodações ou mesmo reiteraões da economia de mercado, todavia, sempre ancoradas em quesitos ambientalistas. As categorias selecionadas são, ao mesmo tempo, condição e consequência de trabalho humano intencional e integrado ao meio ambiente natural que formam unidade dialética, não apenas em cada comunidade, mas, também, no conjunto, quando se harmonizam para caracterizar um conjunto organizacional de práticas econômicas plurais. O centro é a relação humana com o meio ambiente natural para a reprodução da vida, com práticas que mitigam a degradação ambiental via uma agricultura que trata de integrar ser humano e natureza. Evidencia-se, assim, o ato de dar, receber e retribuir – dádiva – para com a natureza e gerações futuras, elemento que perpassa todos os outros e que se torna crucial à compreensão do fenômeno organizacional ecovila como organização substantiva. Tres (2021) revelou tensões entre racionalidade substantiva e utilitária como anteriormente abordado por Siqueira (2017).

É útil considerar a narrativa aqui procedida como totalidade, de forma não sequencial e mutuamente dependentes, uma vez que a relação humana com o meio ambiente natural é central e materializa um modo peculiar de reprodução da vida para além da geração de renda monetária e do trabalho comunal. O mercado, nesse caso, não se constitui componente estruturante da gestão organizacional e das práticas econômicas. Ao contrário, os casos em pauta legitimam o entendimento de Polanyi (2013) de que reciprocidade e redistribuição asseguram o funcionamento de sistema econômico sem necessidade de complexa administração. Esse fato ocorre tão somente porque as organizações em pauta alcançam resultados econômicos (não mercantis, não monetários) por padrões como simetria e centralidade.

A renda e o sustento dos comunitários originam-se tanto de relações com o mercado quanto do propósito de produção para a autossuficiência, evidenciando domesticidade (POLANYI, 2013) e práticas econômicas plurais. Cunha (2012) encontrou resultados similares quanto à existência de várias fontes de subsistência em ecovilas e interações econômicas. Na Source Temple e na Tibá, por exemplo, hortaliças e legumes provêm de dentro da comunidade.

O conceito de renda, assim, expande-se para uma dimensão econômica não monetária. Se renda tornou-se fonte da subsistência humana, nas comunidades pesquisadas tal fenômeno realiza-se, majoritariamente, por trabalho comunal centrado no valor de uso das mercadorias (MARX, 1996) que suprem, prioritariamente, necessidades internas da comunidade. Ao não gerar valor de troca, base para a produção da mais valia, como aponta Marx (1996), o capitalismo não se sustenta – há, portanto, nesse quesito, tensão e resiliência dos comunitários ao modo de produção capitalista.

As comunidades localizam-se em áreas rurais e distantes de grandes centros urbanos. Tal afastamento, pelo menos geográfico, não necessariamente confere *status* “livres do mercado”, mas, tende a estimular relações econômicas solidárias entre vizinhos e internamente. A vida no campo fomenta, além da produção para consumo próprio, conforme registra Grespan (2015), práticas de apoios mútuos em rede e reciprocidades que evidenciam, ao mesmo tempo, o ciclo dar, receber e retribuir (MAUSS, 2008), o princípio de simetria (POLANYI, 2013) e a isonomia (RAMOS, 1981), esta, por relações paritárias, entre iguais, no âmbito organizacional e com as comunidades do entorno. Tensões entre o modo de vida de mercado e o comunal são, dessa forma, conduzidas de tal modo que a dependência extracomunitária se torne eventual. A Campina estabelece relações com o mercado em formas variadas e, desse modo, retornos financeiros são obtidos, mas, sempre como consequência do trabalho comunal, coletivo, dentro da comunidade. Empenham-se em cultivo de alimentos, criação de galinhas poedeiras para consumo próprio e cultivo de ervas medicinais que servem de insumo para a produção de cosméticos, sabonetes e tinturas que são vendidos. A prioridade da produção de alimentos é o suprimento das necessidades internas. As principais fontes de renda são cursos, eventos, recepção de visitantes, uma escolinha de ensino fundamental e a venda dos cosméticos. Toda a renda vai para um caixa comum que, ao fim de cada mês, permite redistribuição (POLANYI, 2013) equitativa entre os moradores. No contexto relatado por Polanyi (2013) a redistribuição é exercida por uma autoridade central (política ou religiosa por exemplo), de tal modo que o padrão institucional da centralidade aparece, de alguma forma, fornecendo um conduto para coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. Nas ecovilas, porém, a figura da centralidade é exercida pelo coletivo, mediada por relações não hierárquicas, isonômicas nos termos de Ramos (1981), em linha com noções de autogestão da economia solidária. (FARIA, 2017).

Na Tibá, os membros chegaram ao consenso de que o importante seria agir para manter a autossuficiência, o estilo de vida, e, a partir daí, encontrar retorno financeiro conforme comenta uma tibaense:

O desafio é gerar renda para manter nosso jeito de viver aqui, não necessariamente só das plantações. As plantações têm seu tempo e não podemos apressar isso. A terra é muito degradada, mas, aos poucos vamos estabelecer os pomares. Aí, acredito que ficará mais fácil. Nós fazemos as coisas para nós mesmos da comunidade e as pessoas querem ver isso, nos visitar, aprender e experimentar justamente isso. Essa é uma forma de gerar renda e trabalhar divulgando as nossas ideias e a educação ambiental.

O imbricamento de possibilidades de práticas econômicas mencionado – de trabalho e produção na geração de renda – qualifica um dos obstáculos desses ambientes organizacionais: tensões demarcadas por memórias e práticas de mercado, por vidas que trazem, para o meio comunitário, noções de cálculo utilitário, de mercado, conflitantes com interesses de racionalidade substantiva (RAMOS, 1981). Trata-se de fenômeno inerente à vida humana contemporânea e já denotado por Siqueria (2012) na dissertação “Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas: novas fronteiras do campo de estudos”. Se, por um lado, tal constatação assinala contradições, por outro, mostra-se útil tanto para qualificar o construto economia plural quanto para pontuar possibilidades de avanços do debate e ações práticas para o enfrentamento da crise socioambiental.

Relações mercadológicas, idealmente, são relegadas nas ecovilas da “porta para fora”. A condição da *Source Temple* igualmente ilustra impasses e chega a ser de difícil assimilação até mesmo entre os membros. Apesar da intenção e do fato de que, na prática, estão os membros em busca de relações de vida não praticadas pela sociedade hegemônica, se encontra o coletivo em situações cotidianas que causam estranheza. Uma templária comenta ser comum observar nos novatos e visitantes um certo desconforto, uma necessidade de fazer algo “útil”, como se fossem obrigados a dar algo em troca:

Percebo que muitas pessoas no início aqui fazem seu trabalho um pouco culpadas. Demora um tempo para que percebam que o que ela recebe aqui não quer dizer que ela deve fazer alguma coisa por obrigação, por troca. Talvez ela pense que por receber tanto tenha que retribuir, mas isso tem culpa. Aqui não é assim. Aos poucos se entende que não é porque você recebe que tem que fazer mais.

Na passagem acima o impasse entre o dar e o receber se apresenta. Se nas trocas do mundo mercadocêntrico é imperativo o dar para poder receber, invertendo o movimento de reciprocidade de Mauss (2008), o exemplo da templária mostra que o caminho não é de simples entendimento e demanda tempo até a aprendizagem. Aos poucos, porém, consolida-se uma relação de confiança em torno do ideal comum, conforme ressaltam duas templárias quando afirmam que “aqui temos tempo para sentir e entender o que precisamos e o que oferecer a quem está conosco”, e, “nós cuidamos uns dos outros. Se alguém quiser uma massagem e alguém quer fazer e sabe, fazemos. Não se trata de fazer por dinheiro, é por carinho e cuidado”. Tais práticas, de cuidado e aconselhamento alinham-se, também, à abordagem de Polanyi

(2013) de reciprocidade, caracterizando uma espécie de domesticidade – suprafamiliar, comunal. É conveniente advertir que, na relação de mercado, cuidado é mercadoria, logo, massagem é serviço a ser comprado, do mesmo modo que aconselhamento.

A domesticidade ocorre para além do cuidado com a família e a própria comunidade, alcançando uma noção inter-regional, de trocas das comunidades com a população próxima. Nesse sentido, uma templária comenta que “a horta está bem estabelecida e as trocas com os vizinhos são constantes; sempre pegamos adubo dos cavalos e vacas deles e usamos aqui, trocamos sementes e eles nos ensinam muito”. Supera-se, assim, a monocultura da mente nos termos de Shiva (2003), considerando que as práticas de cuidado com a terra não se ancoram em valor monetário, mas, sim, em trocas de insumos e conhecimentos.

A semente é o principal ativo de um agricultor, assim como a jazida de ferro é para a mineradora, ou, bacias de petróleo para petrolíferas. O agricultor que não tem sementes não mais tem seu principal ativo. Torna-se mero executor de tarefas. As sementes vendidas no mercado são ofertadas de tal modo que as gerações futuras irão apresentar baixa taxa de germinação. São, no geral, geneticamente modificadas para se tornarem mais produtivas, de acordo com o discurso da RV, porém, esse mecanismo cria dependência do agricultor ao uso de artifícios para gerar tal produtividade por meios não naturais. Agricultores tradicionais conhecem esse fato e buscam alternativas em redes de trocas de sementes nativas ou crioulas. As ecovilas fomentam tais iniciativas à medida que se integram a outros movimentos sociais de base agroecológica em redes de colaboração com outros produtores familiares.

As trocas de sementes e conhecimentos fomentadas pelos movimentos agroecológicos e de resistência campesina, ainda que insuficientes para superar passivos socioambientais, contribuem para a preservação da diversidade genética dos cultivares. Essas práticas de intercâmbio evidenciam dinâmicas de interdependência local, de reciprocidade e domesticidade, e, ao mesmo, de resistência política e tentativa de independência do mercado para a reprodução da vida comunitária e regional. Expressam, portanto, uma multiplicidade de relações sociais que não a exclusiva de mercado, ilustrando entendimentos de Mauss (2008) e Polanyi (2013). No domínio dos estudos organizacionais, por sua vez, designam uma natureza de organização privada substantiva, isonômica, não mercadocêntrica (RAMOS, 1981).

A regeneração do meio ambiente natural nas ecovilas move-se pela doação irrestrita, universal e atemporal. O trabalho que regenera a terra por meio de técnicas como cultivo agroflorestal é de longo prazo – ainda que seus benefícios possam ser sentidos rapidamente pela diminuição da temperatura do solo e maior retenção de umidade – e tem a função de estabelecer sistemas naturais complexos e autossustentáveis, reduzindo gradativamente a necessidade de

insumos externos. Para tal, demanda-se, além do trabalho direto, tempo. Não necessariamente se planta algo com a intenção de colher, mas, sim, de doar para a própria natureza. É uma agricultura de processos, e não de insumos, baseada no princípio de que vida gera vida e confere saúde e fertilidade ao solo – ao contrário do que ocorre com os agrossistemas monoculturais da revolução verde nos quais a fertilidade do solo é produzida em fábricas de substâncias químicas (ALTIERI, 1998).

Apoiadas em conhecimentos da agroecologia, as ações verificadas em campo mostram que a preocupação com o meio-ambiente natural não é orientada simplesmente para o ato de colher produtos com maior valor agregado ou de constituir diferencial competitivo para se postar no mercado com produtos orgânicos. Campina e Source Temple, nesse sentido, não vendem alimento algum, limitando-se à autossuficiência e a trocas com vizinhos. O entendimento é de que a agroecologia, ao promover ecossistemas saudáveis e resilientes a partir do uso e manejo da terra (ALTIERI; NICHOLLS, 2021), propicia um ciclo virtuoso em que, progressivamente, o solo ficará mais fértil e biodiverso, retendo mais água e carbono e exigindo menos insumos externos para produzir alimentos. Nesse quesito, a presente pesquisa revela que a reciprocidade não se limita a pares (reciprocidade direta) e alcança outra dimensão (reciprocidade indireta), na medida em que ocorre entre seres humanas e o meio-ambiente natural. Neste caso, há reciprocidade com o meio-ambiente natural e, também, com gerações futuras. Essa moral é a matriz da humanidade por meio da qual se reproduz o sentimento e o *valor ético de responsabilidade* entre gerações (MAUSS, 2008) apresentando-se efetiva para o enfrentamento da crise socioambiental. A segurança e soberania alimentar nas comunidades passa, além da produção própria, por compras e trocas de alimentos regionais. Aqui, mais uma vez, apresenta-se a noção de economia plural, considerando que há trocas de produtos aliadas a casos de comercialização. Todas as comunidades presam por autossuficiência, mas, reconhecem limites técnicos, naturais, de recursos humanos e temporais para tal. Uma templária comenta que “precisamos plantar mais raízes como mandioca e inhame para ficarmos mais confortáveis. As hortaliças são mais rápidas e já somos autossuficientes, mas, o pomar leva mais tempo.” O que se revela aqui é uma dedicação permanente a processos internos para a autossuficiência.

Programa de voluntariado e de visitantes participativos nas comunidades, por sua vez, estimulam reciprocidades. Quando um voluntário planta algo, não necessariamente irá cuidar e colher. Esse cuidado e interação não utilitária com o meio-ambiente natural tem relação com a dádiva de Mauss (2008) por estabelecer trocas atemporais e não diretas. Para o autor, a troca pura e simples originalmente ocorre para a satisfação de interesse do próprio indivíduo; e não

para com o outro. Na dádiva identificada nas ecovilas, todavia, relações de reciprocidade ocorrem pelo interesse na satisfação própria (do doador), do outro e, de certa forma, de todas as formas de vida, independentemente de tempo e espaço.

A relação com vizinhos dá-se em rede de apoio mútuo em amplos sentidos. A articulação comunitária é relevante no contexto das ecovilas e apresenta-se (CUNHA, 2012) como estimulador de relações econômicas genuinamente solidárias. Uma prática observada na Tibá é a coordenação de um grupo de 10 estabelecimentos rurais da agricultura familiar originários de um projeto de reforma agrária na região. Uma tibatense é responsável pela articulação dos agricultores quanto à oferta dos alimentos de cultivo agroecológico para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo papel fundamental na organização da produção. Tal prática dá estabilidade aos agricultores e supre deficiências de serviços governamentais de assistência técnica e extensão rural (ATER) para a agricultura familiar, no caso, com um tipo de ATER agroecológica.

A Floresta de Iroko participa da Rede Povos da Mata, que conta com mais de 700 associados, e, do Grupo Embaúba, que congrega 30 empreendimentos incluindo a Associação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Serra Grande e Itacaré. As visitas constantes nas propriedades rurais, além de aproximar os agricultores, propiciam pontos de trocas de sementes, alimentos e compartilhamento de projetos e dificuldades. Estreitam-se laços e constroem-se relações afetivas conforme comenta uma *floresteira*:

Os nossos vizinhos já são nossa família. Estou há quase 5 anos aqui e nossos laços estão mais próximos a cada dia. Seu Tatá é como meu avô; a gente se preocupa com ele e a família dele e a gente quer melhorar as condições de vida deles também. Vamos lá e colhemos o cacau juntos, levamos coisas que ele tem em excedente para feirinha e ele nem precisa ir lá. Enquanto isso vamos aprendendo sempre, tanta coisa da história da região, plantas, animais daqui. É a Floresta de Iroko indo além de suas fronteiras, tanto levando quanto trazendo.

Na Floresta de Iroko, a organização em lotes individuais dá autonomia para os associados dentro de sua área privada. À medida que projetos individuais avançam, surgem demandas que a comunidade supre pelo ato associativo. Para uma floresteira, “a gente sabe que quando as pessoas se instalarem aqui, começarem a produzir, ganhamos força. Já somos uma associação e já temos muitos planos em conjunto. Claro que eu tenho os meus, mas tudo se encaixa”. Em todas as comunidades ocorre esse tipo de ação. O crescimento individual está vinculado ao bem-estar comum, a necessidades comunais e ao entendimento de que as redes de apoio mútuo estabilizam o coletivo.

A Tibá formou um grupo em 2018 com cinco residentes, batizado de Basal, que é responsável por todas as áreas comuns, por executar projetos e receber visitantes, voluntários,

estagiários e por manejar os recursos financeiros. A relação entre o grupo Basal e a Tibá está em delimitar e orientar a atuação de cada tibaense:

agora dividimos em áreas organizacionais. Para os residentes decidimos as demandas que nos interessam e os projetos que vamos desenvolver, como plantações, programas de estágio e visitantes, eventos, cursos. Assim formamos uma organização separada dos não residentes. Para o grupo da Tibá decidimos funções mais gerais como os projetos a longo prazo, estrada, infraestrutura em geral. Essa organização está dando certo. Desse jeito, quem mora fora não tem responsabilidade com as coisas diárias e sim para o todo e os residentes têm mais para o diário e a carga do geral fica dividida.

Há, no caso narrado, distinção de funções entre membros permanentes e visitantes com tomada de decisão coletiva: “decidimos”, “formamos”. A Tibá é ponto de apoio para inúmeros eventos relacionados à agroecologia, educação e militância ambientais. Reciprocidade aparece quando uma tibaense revela: “muitos eventos aqui são de graça”. Em cada ocasião, como no Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia, que reuniu aproximadamente 700 pessoas em 2013, as tibaenses debateram a possibilidade de não pedir contribuição financeira. “Até um tempo atrás cobrávamos quase nada; de uns tempos pra cá chegamos ao consenso que em muitos casos é possível uma contribuição financeira”. Quando não gratuitos, portanto, os eventos podem receber subsídios da comunidade.

Aprendizagens coletivas unem-se a compartilhamento de conhecimentos qualificando reciprocidades (POLANYI, 2013). No momento da pesquisa, Floresta de Iroko recebeu três doutorandos e um pós-doutorando em Botânica que estavam catalogando espécies da região. Além de servir como ponto de apoio, um vizinho nativo foi convidado para guiar a expedição de dois dias à floresta. Tal cooperação revela outro viés de reciprocidade identificado na pesquisa, qual seja, as ecovilas como organizações de intercâmbio entre conhecimentos técnico-científico e tradicionais. Denuncia Shiva (2003) que esse fato está cada vez mais raro, devido à hegemonia da vida de mercado que relega o saber tradicional ao *status* de não saber. Disposição contrahegemônica é também identificada na Campina, porém, na opção pela fonte de energia I de baixo impacto ambiental:

(...) apesar da rede de energia elétrica passar aqui perto, a gente sempre preferiu não pegar. O impacto no meio ambiente é muito grande para gerar e transmitir essa energia. Temos as placas solares aqui, isso também nos educa a racionalizar o uso da energia.

A combinação de iniciativas e empreendimentos individuais, comunais e regionalizados, e de lógicas econômicas diversas, revelam que a organização ecovila pode ocorrer em múltiplos formatos e, conforme afirmou Braun (2001), em qualquer contexto. De outra forma, no enfretamento do cenário socioeconômico que contestam, as ecovilas erguem

comunidades resilientes que reúnem multiplicidades de interações humanas e tecnologias de cuidado com o meio ambiente natural para constituir um conjunto organizacional com especificidades de trabalho, economia e gestão ancoradas em pactos majoritariamente informais, horizontais e isonômicos. Explicita-se orientação de desenvolvimento humano holístico (GILMAN, 1991), centrada no compartilhamento de conhecimentos, meios de produção e produtos a partir de compromissos ambientalistas e no valor de uso das mercadorias. Aqui, é oportuno retomar Polanyi (2013, p. 74) quando revela que Aristóteles insiste “na produção para uso, contra a produção visando lucro, como essência da domesticidade propriamente dita. Assim, uma produção acessória para o mercado, [...], não precisa destruir a autossuficiência doméstica, [...]. A venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade.”

Todas as comunidades têm processos de aproximação ou inserção para novos moradores. É possível perceber que a orientação à vida comunal, com características específicas em cada comunidade, guia o interesse com o bem-estar geral e segurança coletiva (inclusive a de natureza alimentar e nutricional). Tibá e Floresta de Iroko, devido à constituição formal, têm regras estabelecidas, inclusive para compra de lotes ou cotas. Esse fato pode inibir que novos moradores se aproximem pelo fato de haver necessidade de aporte financeiro. Todavia, algumas alternativas, para contornar essa situação, são tomadas para que novos moradores convirjam. Na Tibá, após um período de experimentações, surgiu a iniciativa de atrair pessoas para desenvolver atividades produtivas, numa forma de admissão/aproximação pelo trabalho. A disponibilização de uma casa e de um hectare para cultivo por uma pessoa, que já esteve na comunidade como visitante, gera “dinheiro que vai para o caixa comum”, afirma uma tibaense. Evidencia relação de mercado, um tipo de arrendamento com carência de seis meses (para começar a pagar aluguel) sob a expectativa de que excedentes de produção possam ser comercializados conjuntamente – ou seja, por cooperação para venda no mercado.

Outra experiência da Tibá é no ramo da meliponicultura, desenvolvido em uma sala da casa sede. As colmeias de abelhas são distribuídas por toda a área e, o mel coletado, é comercializado à parte, sem vínculo comercial com o coletivo. Trata-se de relação de mercado com comercialização independente, todavia, à medida que as abelhas polemizam, ocorre dádiva, considerando que os benefícios ao ecossistema são amplos, para as plantações e a mata nativa residual.

Source Temple tem processo de aproximação mais espontâneo e aberto. A Campina tem uma sistemática para que novos moradores se estabeleçam, e, conseqüentemente, se integrem à vida econômica. Na Campina, qualquer visitante é considerado morador em potencial, de tal

modo que o visitante é incorporado à dinâmica da comunidade ficando à vontade na tomada de decisão quanto à adesão. A pessoa é considerada visitante por 30 dias. Após esse período, se desejar, passa ao estágio de ‘demorador’. Daí segue-se um período de 11 meses com pagamento de taxa para o caixa comum. Durante o processo de inserção, o ‘demorador’ é acompanhado e, ao fim do período, os moradores deliberam pela permanência ou não. Se aceito, passa a ter direito a construir moradia cuja propriedade é comunitária. Exige-se que a moradia seja construída com materiais da região, seguindo o conceito de bioconstrução. O novo morador passa, então, a participar da renda gerada pela ecovila. A convivência por um ano confere maior segurança tanto ao coletivo quanto ao novo morador. Por isso,(...)

se um parente próximo, filho, namorado(a), mãe, tem a intenção de vir morar aqui, essa pessoa passa pelo mesmo processo que qualquer um. Nesse caso, não passa pelo primeiro mês como visitante; mas, fica um ano na condição de demorador, pagando a mensalidade, ajudando nas atividades comunais – a mesma coisa que todos fazem. Passa por todas as avaliações e tem as mesmas responsabilidades até ser aceita.

Expressa-se, assim, mais um quesito de pluralidade econômica, ao vincular troca monetária, por meio de aluguel, ao interesse coletivo de regeneração do meio-ambiente natural, ampliando capacidades naturais de produção interna de alimentos, autossuficiência e soberania alimentar sem tutelar outros aspectos da vida social. Apresentam-se, desse modo, tensões entre racionalidade utilitária e substantiva, como nos achados de Siqueira (2012; 2017), convergindo e divergindo em torno de múltiplos interesses individuais e coletivos, entre economia de mercado e não mercantil, entre relações econômicas monetárias e não monetárias.

O propósito de ruptura com o modo de vida hegemônico manifesta-se sob múltiplas formas. São ações que unem práticas internas de gestão social e tecnologias sociais a relações incidentais com o mercado, em experimentos contra hegemônicos, conforme sintetiza o Quadro 3. Construções com materiais da região evidenciam propósitos de autossuficiência, tanto de mão-de-obra quanto de materiais locais para construção de moradias, expondo um tipo de domesticidade. Produção e consumo internos de plantas alimentícias não convencionais (PANC) é outro ponto a destacar como domesticidade e direcionamento contra hegemônico, pois, rompem com o padrão da alimentação mundial concentrada em grãos originários da monocultura agrícola.

As conformações e adequações ao mercado e ao modo de vida capitalista validam uma *práxis* ecológica ancorada em atributos específicos de gestão comunal isonômica, economia plural e trabalho orientado ao suprimento de necessidades em uma espécie de desenvolvimento à escala humana (MAX-NEEF, 2012). Nas ecovilas pesquisadas sintetizam-se produção para uso próprio (domesticidade), obrigações mútuas (reciprocidade) entre indivíduos e

comunidades e atividades e produtos partilhados entre pessoas que vivem juntas ou em áreas contíguas (redistribuição). Tais organizações orientam-se pelo dar, receber e retribuir na interação com o meio-ambiente natural (dádiva) e em relações econômicas solidárias (e de mercado) que fortalecem, além das próprias comunidades, o entorno.

Quadro 3 - Evidências de economia plural em ecovilas

Categorias	Atributos da vida comunal	Evidências
Mercado	Pontual, meio e não fim	Aluguel de área para cooperação; Múltiplas fontes de renda; Comercialização de excedentes;
Reciprocidade	Trocas sociais	Trocas de sementes e alimentos; Compartilhamento de projetos e conhecimentos; Oferta de eventos gratuitos ou subsidiados; Relações afetivas e trabalho com vizinhos; Programas de voluntariado e visitantes participativos; Intercâmbio entre conhecimento técnico-científico e tradicionais
Redistribuição	Centralização comunal autogerida	Caixa comum e redistribuição de excedentes;
Domesticidade	Autossuficiência	Bioconstrução com material local; Emprego de mão-de-obra própria, comunal; Produção de alimentação para consumo próprio; Produção e consumo de plantas alimentícias não convencionais (PANC);
Solidariedade	Redes de apoios mútuos	Aprendizagens coletivas; Fornecimento de serviços locais de ATER; Participação em redes de apoio à agricultura familiar;
Dádiva	Regeneração do ambiente natural	Práticas agrícolas regenerativas; Construções de baixo impacto ambiental; Trocas atemporais e não diretas de voluntário no cuidado com o meio ambiente natural; Educação e militância ambientais; Energia de baixo impacto ambiental; Preservação de sementes tradicionais;

As ecovilas expõem exemplos de economia plural e de organizações substantivas por convergências e divergências com o mundo capitalista, e, ao compartilharem interesses de lugar ideal, difundem possibilidades para um mundo sustentável. Caminham, desse modo, como uma “utopia para realistas” (BREGMAN, 2018), regressando a um idealismo de tempos passados, refletindo em termos utópicos ao tempo que experimentam alternativas econômicas e organizativas contrahegemônicas. As ecovilas representam estilo e reflexão passíveis de transformar utopia(s) em realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambiente organizacional voltado ao desenvolvimento humano em sua plenitude, a noção de economia adquire orientações e significados múltiplos. Nas ecovilas pesquisadas, práticas agrícolas baseadas na mutualidade entre ser humano e meio-ambiente natural voltam-se prioritariamente à satisfação de necessidades humanas harmonizadas com a diversidade da vida por práticas agrícolas naturais. Livre associação, solidariedade, compartilhamento de meios de produção e propriedade e orientação a policultivos arquitetam esta organização. Além disso, conexões intra e extracomunais revelam imbricamentos entre ideais e práticas para superar vieses de monoculturas. Questionam, em paralelo, a lógica de produção para o mercado (mercadoria como valor de troca) e realizam-se sob múltiplos e difusos circuitos econômicos, harmonizando propósitos de desenvolvimento humano e social de viés ético/político centrado na regeneração e conservação da biodiversidade.

Excedentes de produção são gerados e podem ser comercializados sem que a comunidade se torne orientada para o mercado. Ancoradas em militância ambientalista, as ecovilas são propositivas e materializam associação humana com implicações para os domínios dos estudos organizacionais e econômicos na esfera privada. São empreendimentos privados, porém, geridos sob fortes apelos e interesses públicos. Intercalam práticas de gestão social com relações casuais de mercado e, assim, aliam racionalidade substantiva a ações racionais instrumentais (SERVA, 1996).

Há, nas ecovilas, rupturas com o modo de vida capitalista baseado no mercado, mesmo que em escala moderada em virtude de intercâmbios com o mundo externo. O entrelaçamento entre a vida dentro de uma ecovila e as relações fora dela evidencia complexa teia de relacionamentos entre o idealizado e o real. Em constante construção, as práticas e mudanças promovidas em tais organizações fornecem, além de ideias para superar o estado de monocultura mental, ações concretas de regeneração dos ecossistemas. A agricultura orientada à preservação e regeneração da biodiversidade, que quebra a lógica do produzir por produzir, aliada a múltiplas formas econômicas e organizativas, alternativas à vida utilitária, estão em linha com objetivos gerais de desenvolvimento humano holístico – reiterados pela crise provocada pelo novo Coronavírus.

Entre a coleta de dados e a redação final deste texto a pandemia provocada pelo Coronavírus se abateu sobre o mundo e mudanças sensíveis foram sentidas por todos. Naquele momento, as ecovilas relataram maior união entre os membros e com o entorno, fortalecendo redes de colaboração e intercâmbios, incluindo o avanço no número de moradores. Na Tibá, por exemplo, residiam 10 pessoas passando para 30, e, diante do aumento da procura, planos de expansão foram colocados em prática – o que incluiu a instalação de uma escola infantil para

atender a própria comunidade e a vizinhança. Todas as comunidades relataram que os moradores se sentiam mais protegidos naquele momento, já que parte importante da subsistência tinha origem no trabalho direto na comunidade. Comentam que a crise reafirmou valores de uma vida em equilíbrio com a natureza, de cuidado coletivo.

Os estudos em ecovilas são recentes e várias abordagens têm-se mostrado úteis (TRES; SOUZA, 2019) ao entendimento de implicações desse movimento social e como pode ele inspirar e produzir outras situações. Nesse sentido, encontra-se aqui uma busca de articulação entre complexas demandas humanas e de ecossistemas em meio a uma crise socioambiental que tem como pano de fundo a monocultura da mente, agrícola e econômica. Trata-se de movimento contestatório sob estilo de vida contrahegemônico que, conforme comenta Harvey (2020), busca reprodução para além da produção de valor dentro da lógica capitalista. Delineamos, a partir de quatro experiências de ecovilas, organizações substantivas nos termos de Serva (1996) e, de acordo com Faria (2017), empreendimentos autogestionários como negação em pequena escala do modo de produção capitalista. São empreendimentos privados, porém, geridos sob fortes apelos e interesses públicos.

Investigações futuras podem, a partir das evidências aqui pontuadas, aprofundar compreensões acerca de processos de autogestão e consequências de potenciais conflitos originários de interações das ecovilas com o mundo exterior em relações de mercado. Além disso, uma abordagem ampliada mostra-se útil à compreensão de consequências de tais associações em termos de arranjos institucionais locais, territoriais. Nesse sentido, uma nova ruralidade tende a emergir via interações entre ecovilas e segmentos populares e entre conhecimentos técnico-científicos e tradições, o que, no limite, avança para uma perspectiva de desenvolvimento local em cooperação com governos.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- ALVES, R. M.; RAMOS, R. A.; RAMOS, R. P.; BURNHAM, T. F. Elicitação de requisitos para o desenvolvimento de um sistema de informação utilizando a Etnografia: Um Relato de Experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1148-1164, 2017.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.



- BORELLI, F. C. **Consumo responsável sob a perspectiva prático-teórica: um estudo etnográfico em uma ecovila.** 244 f. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Disponível em: (<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>). Acesso em 15 de junho de 2019.
- BREGMAN, Rutger. *Utopia para Realistas*. Lisboa: Bertrand, 2018.
- COMUNELLO, L. N. **Aprendizagem e espiritualidade em Ecovilas: quando “o Universo todo ensina”.** Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.
- CUNHA, E. V. A Sustentabilidade em ecovilas: desafios, propostas e o caso da Ecoovila 1–Arcoo. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n. 1, p. 113-126, 2010.
- CUNHA, E. V. **A sustentabilidade em ecovilas: Práticas e definições Segundo o marco da economia solidária.** Tese Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.
- DAWSON. J. Wholesome Living, **Resurgence**, n. 225, 2004.
- FARIA, J. H. D. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, p. 629-650, 2017.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** (3ª ed.). Artmed, 2008.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** Curso dado no Collège de France (1978 - 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, G. M.; SIGAHI, C.; ALBUQUERQUE; T. F.; SALTORATO, P. Autogestão, politécnica e organização do trabalho: um estudo etnográfico em uma cooperativa de reciclagem de Sorocaba/sp. **Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental**, n. 12, v. 3, 2018.
- FOSTER, J. B. **A ecologia da economia política marxista.** *Lutas sociais*, v. 28, p. 87-104, 2012.
- GILMAN, R. **Ecovillages and sustainable communities: a report for Gaia Trust by Context Institute**, 1991.
- GRESPLAN, J. **Crítica da economia política, por Karl Marx.** Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HAN, B. C. **Sociedade do cansaço.** Vozes, 2017.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capitalismo no século XXI.** Boitempo, 2020.

- IBGE, Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006-2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>, 2017.
- JACKSON, R. The Ecovillage Movement. **Permaculture magazine**, v.40, 2004.
- MAGALHÃES, T. G.; dos SANTOS, G. L. **Etnografia e estudos organizacionais**: análise bibliográfica dos trabalhos publicados nos anais do CBEO—congresso brasileiro de estudos organizacionais. In: Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2016.
- MARIAMPOLSKI, H. The power of ethnography. *Journal of the Market Research Society*, v. 41, n. 1, p. 75-86, 1999.
- MAX-NEEF, M. A.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012, 108 p.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MENEZES, R. A. Etnografia do ensino médico em um CTI. **Interface-Comunicação, saúde, educação**, v. 5, n. 9, p. 117-130, 2001.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Boitempo Editorial, 2016.
- MOISANDER, J.; VALTONEN, A. **Qualitative marketing research**: A cultural approach. Sage, 2006.
- PNAD, IBGE (2020). Pesquisa nacional por amostra de domicílios. **Rio de Janeiro: IBGE**.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Leya, 2013.
- PINHEIRO, L. V. de S. **Rompendo cercas, construindo saberes**: trabalho agroecológico, vivência e (re)significações nas relações com o lugar. 232f. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2019.
- PRIMAVESI, A; PRIMAVESI, A. M. **A biocenose do solo na produção vegetal**, Palotti, v. 1, 1964.
- RAMOS, A. G. A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2008.
- SABOURIN, E. **Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento**. *Sociologias*, v. 13, n.27, p. 24-51, 2011
- SERVA, M. Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas. Tese de Doutorado, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP. 1996.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente**, São Paulo, Gaia, 2003.

- SILVA, S. P. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil.** Texto para Discussão, 2017.
- SILVA, J. G. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e estado*, v. 16, n. 2, p. 100-1, 2001.
- SINISTERRA, M. L. C. **Circulando no sagrado:** tradições, rituais e cerimônias ancestrais na vida moderna: uma experiência na ecoaldeia La Atlantida em Cajibío-Cauca-colômbia. 191f. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- SIQUEIRA, G. D. M. V. (2012). **Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas: novas fronteiras do campo de estudos.** 237f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, SC, BR.
- SIQUEIRA, G. D. M. V. Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental: estudo de caso em uma ecovila no sul da Bahia. **Cadernos EBAPE**, v. 15, n.4, p. 768-782, 2017.
- SOUZA, M. F. de. **Além da Escola:** reflexões teórico-metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos S.P. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, São Carlos SP, 2016.
- TRES, G. S. **Práxis ecológica em organizações substantivas:** articulação entre trabalho comunal, gestão comunal e economia plural. 200f. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2021.
- TRES, G. S.; SOUZA, W. J. O vírus do mercado: Sindemia e as contribuições das ecovilas para a reconfiguração da relação ser humano/natureza. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, 2021.
- TRES, G. S.; SOUZA, W. J. La naturaleza epistemológica de las ecovilas: Revisión sistemática en las tesis defendidas en programas de postgrado en Brasil. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, v. 18, n. 2, p. 137-155, 2019.
- YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. (5ª. ed.) Porto Alegre: Bookman, 2015.